



ACÓRDÃO Nº1083/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11482/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Joao Carlos dos Santos Mello (Ordenador de Despesa), Joao Luiz Almeida da Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Diego Americo Costa Silva - OAB/AM 5819, Gabriela de Brito Coimbra - 8889 e Lourena Cristina Lima Afonso - OAB/AM 6957
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP e DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2960/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer - SEMJEL . Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Irregularidade. Revelia. Determinação. Alcance. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que acompanhou a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal e que passa a fazer parte integrante deste Acórdão:

10.1. À UNANIMIDADE:

- 10.1.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Joao Luiz Almeida da Silva**, ex-Secretário e Ordenador da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL**, no período de 01/01 à 04/04/2018, na forma do art. 22, inciso II, da Lei 2.423/96 – TCE/AM c/c inciso II, §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, em razão de subsistirem impropriedades com falha de natureza formal, os quais serão objeto de determinação a Unidade
- 10.1.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Joao Carlos dos Santos Mello**, ex-Secretário e Ordenador da **Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer – SEMJEL**, referentes ao período de 05/04/2018 a 31/12/2018, na forma do art. 22, inciso III, alínea “c” da Lei 2.423/96 – TCE/AM c/c alínea “c”, inciso III, §1º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal.



ACÓRDÃO Nº1083/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.1.3. Considerar revel a empresa **Nell Engenharia Eireli - Epp**, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM.

10.1.4. Considerar revel a empresa **Simoneto Multi Serviços de Conservação e Limpeza Ltda.**, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM

10.1.5. Considerar revel a empresa **D M P Construtora Ltda.**, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM

10.1.6. Determinar à SEMJEL, nos termos do §2º do art. 188 do Regimento Interno deste Tribunal, que:

10.1.6.1. a conciliação física e contábil seja melhor realizada no próximo exercício financeiro (Laudo Técnico da DICAMM de fls.1.245 a 1.260)

10.1.6.2. adeque seu quadro de pessoal à tese fixada pelo STF referente ao quantitativo proporcional entre servidores efetivos e comissionados; bem como a determinação para que os relatórios do Vale Card – SIAG, especifiquem minimamente os trajetos com a distância em quilômetros, a quantidade de combustível demandada, e a finalidade dos deslocamentos sejam encaminhados por ocasião das prestações de contas;

10.1.7. Determinar que nas próximas inspeções à **Comissão de Inspeção** monitore o cumprimento de tais determinações

10.2. POR MAIORIA de acordo com voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva:

10.2.1. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a empresa **D M P Construtora Ltda**, os fiscais da obra, Sr. **Francisco Romoaldo Rodrigues Paulino** e Sr. **Rondinele da Silva Brito**, e o Gestor **Sr. João Carlos dos Santos Mello**, no valor total de **R\$ 10.705,30 (dez mil, setecentos e cinco reais e trinta centavos)**, por atos inerentes à execução de obras públicas que incorreram em liquidações e pagamentos por serviços não executados, conforme disposto no art. 22, III, alínea “c” c/c § 2º, alínea “a” (agente público) “b” (empresas) da Lei Estadual nº 2.423/96, discriminados no item 1 (R\$ 6.117,47) e 2 (R\$ 4.587,83) do Relatório Conclusivo da



ACÓRDÃO Nº1083/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

DICOP (fls.1.094 a 1.131), e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsáveis recolham o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM.

10.2.2. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a empresa Simoneto Multi Serviços de Conservação e Limpeza Ltda, o fiscal da obra, Sr. Rondinele da Silva Brito, e o Gestor Sr. João Carlos dos Santos Mello, no valor de R\$ 2.514,62 (dois mil, quinhentos e quatorze reais e sessenta e dois centavos) por atos inerentes à execução de obras públicas que incorreram em liquidações e pagamentos por serviços não executados, conforme disposto no art. 22, III, alínea “c” c/c § 2º, alínea “a” (agente público) “b” (empresas) da Lei Estadual nº 2.423/96, discriminados no item 3 (R\$ 2.514,62) do Relatório Conclusivo da DICOP (fls.1.094 a 1.131),e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que os responsáveis recolham o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM.

10.2.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a empresa Nell Engenharia Eireli - Epp, os Fiscais das Obras, Sr. Francisco Romoaldo Rodrigues Paulino e o Sr. Fábio Serejo Ribeir e o Gestor Sr. João Carlos dos Santos Mello, no valor de R\$ 2.256,80 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), por atos inerentes à execução de obras públicas que incorreram em liquidações e pagamentos por serviços não executados, conforme disposto no art. 22, III, alínea “c” c/c § 2º, alínea “a” (agente público) “b” (empresas) da Lei Estadual nº 2.423/96, discriminados no item 4 (R\$ 2.256,80) do Relatório Conclusivo da DICOP (fls.1.094 a 1.131), e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaus - PMM.

10.2.4. Aplicar Multa ao Sr. Joao Carlos dos Santos Mello no valor de R\$ 6.827,19 (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) pelas irregularidades constatadas, nos termos do art. 308, V, da Resolução nº 04/2002, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº1083/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

Vencida a proposta de voto, na parte em que aplicava multas aos fiscais das obras e afastava a responsabilidade do gestor em relação aos valores dos alcances, acompanhada pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, prevalecendo, quanto a isto, o voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, que reconheceu a responsabilidade principal do gestor do órgão (Secretário do Município) pela regularidade das contas, imputando-lhe solidariamente o dever de restituir aos cofres municipais os valores considerados em alcance e, ainda, a ausência de fundamento legal para a aplicação de multas aos fiscais das obras. Vencido, ainda, o voto-destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que não aplicou as multas aos fiscais, nem os considerou solidariamente responsável pelo alcance.

11- Ata: 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Novembro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral